

CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **09**.

Descanso ensurdecedor

Uma explicação evolucionista para a qualidade contagiosa dos bocejos reza que eles servem para sincronizar o ciclo de sono e vigília em grupos humanos, desde o tempo das cavernas. Numa cidade de 12 milhões de habitantes, há muito isso se tornou impossível.

Nessa megamultidão sempre haverá notívagos e madrugadores, os que podem dispor da noite para divertir-se e os que precisam padecer horas a fio em meios de transporte para chegar ao trabalho.

Sem chance de coordenar suas atividades, resta torná-las compatíveis por meio de regras de convivência, e compete ao poder público garantir seu cumprimento.

Dormir bem, afinal, constitui direito do cidadão. O sono é imprescindível para recuperar o corpo de fadigas e até para a mente fixar coisas aprendidas durante o dia, mas quem consegue adormecer e descansar na metrópole barulhenta?

Poucos saberão, mas vigora em território paulistano uma norma que estipula o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno, a depender da classificação urbana da área.

O limiar legal para a madrugada fica pouco acima do volume recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), 40 decibéis, o equivalente a uma conversa em voz baixa.

A iniciativa Mapa do Ruído, por exemplo, já mediu 92 decibéis em ruas do Brás. O município conta com um serviço de denúncias e reclamações da prefeitura, pelo telefone 156, mas as 440 multas aplicadas neste ano pelo programa Psiu não parecem surtir muito efeito.

Considere-se o bairro de Santa Cecília, primeiro no *ranking* das queixas. Só em 2019 acumularam-se 595 reclamações. As próximas vítimas do descaso ensurdecedor são os moradores de Pinheiros, que fizeram 511 denúncias neste ano.

A gastronomia e a vida noturna de São Paulo constituem um patrimônio cultural da metrópole, não se discute. Há que fiscalizar e punir com mais rigor, no entanto, quem as utiliza como alibi para perturbar o sono alheio.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 27.11.2019. Adaptado)

01. O texto se propõe a discutir

- (A) o processo de evolução da espécie humana, especificamente no que diz respeito à sincronização do ciclo de sono e os momentos de vigília.
- (B) a impossibilidade de harmonizar interesses de diferentes grupos sociais, do que decorre uma série de conflitos a serem mediados judicialmente.
- (C) os impactos da vida social noturna para o descanso dos cidadãos que moram, sobretudo, em grandes cidades como São Paulo.
- (D) as mudanças comportamentais nos grandes centros urbanos que, apesar de realçarem diferenças entre grupos, não trazem risco à saúde humana.
- (E) o papel da prefeitura na organização da vida urbana, que evita coibir excessos de barulhos para garantir o descanso a quem não quer aproveitar a vida noturna.

02. A pergunta presente no 4º parágrafo tem a função de

- (A) sugerir que São Paulo é uma cidade onde se pode dormir e descansar bem.
- (B) contestar a ideia de que as pessoas não dormem nem descansam na cidade de São Paulo.
- (C) enfatizar que é difícil dormir e descansar na cidade de São Paulo.
- (D) mostrar que dormir mal e deixar de descansar não é um problema específico da cidade de São Paulo.
- (E) mostrar que as pessoas na cidade de São Paulo não se preocupam com o sono e o descanso.

03. Considere os trechos:

- Uma explicação evolucionista para a qualidade contagiosa dos bocejos **reza** que eles servem para... (1º parágrafo)
- O sono é **imprescindível** para recuperar o corpo de fadigas... (4º parágrafo)
- O **limiar** legal para a madrugada fica pouco acima do volume recomendado pela Organização Mundial da Saúde... (6º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) fala; indispensável; limite.
- (B) orienta; importante; base.
- (C) celebra; fundamental; intensidade.
- (D) mostra; inevitável; estrato.
- (E) sugere; obrigatório; uso.

04. Em conformidade com os sentidos do texto e com a norma-padrão, o último parágrafo pode ser finalizado com a frase:

- (A) À prefeitura cabe infligir dor do bolso naqueles que gostam de arruaça.
- (B) A prefeitura cabe infligir à dor no bolso daqueles que gosta de arruaça.
- (C) À prefeitura cabe infligir dor no bolso à quem gosta de arruaça.
- (D) A prefeitura cabe infligir a dor no bolso aqueles que gostam de arruaça.
- (E) À prefeitura cabe infligir dor ao bolso de quem gosta de arruaça.

05. Considere as reescritas do texto:

- Numa cidade de 12 milhões de habitantes, os cidadãos estão suscetíveis _____ barulhos em excesso.
- Poucos sabem _____ vigora em território paulistano uma norma que estipula...
- Não se discute _____ a gastronomia e a vida noturna de São Paulo...

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) em ... que ... de que
- (B) a ... que ... que
- (C) de ... de que ... de que
- (D) para ... de que ... que
- (E) com ... que ... que

06. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância.

- (A) Desde o tempo das cavernas, o ciclo do sono e vigília nos grupos humanos são sincronizado pelos bocejos.
- (B) Numa cidade de 12 milhões de habitantes, sempre existirá notívagos e madrugadores nessa megamultidão.
- (C) A recuperação das fadigas e a fixação de coisas aprendidas durante o dia conta com o sono para se efetivar.
- (D) A fiscalização e a punição com mais rigor são necessárias, quando há intenção de perturbar o sono alheio.
- (E) Estipulou-se valores máximos para o período diurno e para o período noturno, em território paulistano.

07. Na passagem – Há que se fiscalizar e punir com mais rigor, **no entanto**, quem as utiliza como álibi para perturbar o sono alheio. –, a expressão destacada estabelece uma relação de adversidade, opondo a ideia de

- (A) fiscalizar e punir à de perturbar o sono alheio.
- (B) perturbar o sono alheio à de desfrutar o patrimônio cultural.
- (C) desfrutar o patrimônio cultural à de não se discutir o patrimônio cultural.
- (D) não se discutir o patrimônio cultural à de fiscalizar e punir.
- (E) perturbar o sono alheio à de constituir um patrimônio cultural.

08. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de regência e de emprego de pronome relativo.

- (A) Vigora em São Paulo uma norma na qual se determina o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.
- (B) Vigora em São Paulo uma norma à qual se impõe o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.
- (C) Vigora em São Paulo uma norma que se estabelece o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.
- (D) Vigora em São Paulo uma norma aonde se prescreve o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.
- (E) Vigora em São Paulo uma norma em cuja se firma o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.

09. Assinale a alternativa em que a pontuação está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) As metrópoles convivem com esta contradição: de um lado pessoas que querem descansar; de outro quem quer se divertir.
- (B) Uma conversa que alcance cerca de 60 decibéis fica acima, do recomendado pela norma paulistana para o período noturno.
- (C) Os notívagos dispõem da noite para a diversão na cidade e os madrugadores, precisam padecer horas a fio nos transportes.
- (D) Santa Cecília é o primeiro bairro no *ranking* de queixas, com 595 reclamações; Pinheiros, por sua vez, recebeu 511.
- (E) Há pessoas, que utilizam a gastronomia e a vida noturna de São Paulo como álibi para perturbar o sono alheio.

10. Leia a tira.



(Mort Walker, "Recruta Zero".

Em: <https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>)

A fala do personagem no último quadrinho

- (A) desqualifica o que ele disse.
- (B) ratifica a hipótese da moça.
- (C) é uma advertência à moça.
- (D) sugere que ele ouve bem.
- (E) revela descaso com a fala da moça.

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 15.

Pensamentos, como cabelos, também acordam despenteados. Naquela faixa-zumbi que vai em *slow motion*, desde sair da cama, abrir janelas, avaliar o tempo e calçar chinelos até o primeiro jato da torneira – feito fios fora de lugar, emaranham-se, encrespam-se, tomam direções inesperadas. Com água, pão, pente, você disciplina cabelos. E pensamentos? Que nem são exatamente pensamentos, mas memórias, farraços de sonho, um rosto, premonições, fantasias, um nome. E às vezes também não há água, mão, nem pente, gel ou xampu capazes de domá-los. Acumulando-se cotidianas, as brutalidades nossas de cada dia fazem pouco a pouco alguns recuar – acuados, rejeitados – para as remotas regiões de onde chegaram. Outros, como cabelos rebeldes, renegam-se a voltar ao lugar que (com que direito) determinamos para eles. Feito certas crianças, não se deixam engambelar assim por doce ou figurinha.

Pensamentos matinais, desgrenhados, são frágeis como cabelos finos demais que começam a cair. Você passa a mão, e ele já não está ali – o fio. No travesseiro sempre restam alguns, melhor não olhar para trás: vira-se estátua de cinza. Compacta, mas cinza. Basta um sopro. Pensamentos matinais, cuidado, são alterados feito um organismo mudando de fuso horário. Não deveria estar ali naquela hora, mas está. Não deveria sentir fome às três da tarde, mas sente. Não deveria sentir sono ao meio-dia, mas. Pensamentos matinais são um abrupto *mas* com ponto-final a seguir. Perigosíssimos. A tal ponto que há o risco de não continuar depois do que deveria ser curva amena, mas tornou-se abismo.

(Caio Fernando Abreu, "Lição para pentear cabelos matinais".
Pequenas epifanias, 2014. Adaptado)

11. Na crônica, ao abordar o tema na perspectiva dos pensamentos, o autor recorre

- (A) ao paradoxo, enfatizando que eles, ao mesmo tempo bagunçados, enquadram-se na organização cotidiana.
- (B) à hipótese, conjecturando como eles poderiam confundir a pessoa no momento em que ela acorda.
- (C) à comparação, ressaltando que eles, assim como os cabelos, amanhecem naturalmente desorganizados.
- (D) à antítese, mostrando que ora eles são muito imprecisos, ora são objetivos demais logo pela manhã.
- (E) à ironia, sugerindo que é impossível organizar o pensamento de uma pessoa, sobretudo pela manhã.

12. No texto, o autor faz uma advertência ao leitor na passagem:

- (A) Pensamentos, como cabelos, também acordam despenteados.
- (B) Com água, pão, pente, você disciplina cabelos. E pensamentos?
- (C) Feito certas crianças, não se deixam engambelar assim por doce ou figurinha.
- (D) Pensamentos matinais, cuidado, são alterados feito um organismo mudando de fuso horário.
- (E) Não deveria estar ali naquela hora, mas está. Não deveria sentir fome às três da tarde, mas sente.

13. Na passagem – Você passa a mão, e ele já não está ali – o fio. –, o narrador explicita o referente do pronome "ele" para que o leitor não o confunda com

- (A) dia.
- (B) lugar.
- (C) cabelo.
- (D) travesseiro.
- (E) pensamento.

14. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Às vezes não há como domar os pensamentos, mas as brutalidades fazem-nos recuar.
- (B) E às vezes também não tem-se água, mão, nem pente, gel ou xampu capazes de domá-los.
- (C) Os pensamentos, tendo emaranhado-se e encrespado-se, tomam direções inesperadas.
- (D) Se renegam alguns pensamentos a voltar ao lugar que determinamos para eles.
- (E) Como disciplinam-se pensamentos, sem água, mão, pente, gel ou xampu capazes de domá-los?

15. Se, além de perigosos, os pensamentos também fossem cruéis e temíveis, no lugar da frase "Perigosíssimos", estaria redigido, em norma-padrão:

- (A) Perigosíssimos, crudelíssimos e temívelíssimos.
- (B) Perigosíssimos, cruelíssimos e temívelíssimos.
- (C) Perigosíssimos, cruelíssimos e temiveilíssimos.
- (D) Perigosíssimos, cruelzíssimos e temibilíssimos.
- (E) Perigosíssimos, crudelíssimos e temibilíssimos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

16. Considere a seguinte afirmação:

Se Marcos está prestando esse concurso, então ele é formado no Curso de Serviço Social.

Assinale a alternativa que contém uma afirmação equivalente para a afirmação apresentada.

- (A) Marcos está prestando esse concurso se, e somente se, ele é formado no Curso de Serviço Social.
- (B) Se Marcos é formado no Curso de Serviço Social, então ele está prestando esse concurso.
- (C) Marcos está prestando esse concurso e ele é formado no Curso de Serviço Social.
- (D) Se Marcos não é formado no Curso de Serviço Social, então ele não está prestando esse concurso.
- (E) Marcos não é formado no Curso de Serviço Social e ele está prestando esse concurso.

17. Se fulano é interessado e trabalhador, então ele é bem-sucedido. Se sicrano é desonesto e preguiçoso, então ele não é bem-sucedido. Sabe-se que fulano e sicrano são bem-sucedidos. Logo, é verdade que

- (A) sicrano é honesto e trabalhador.
- (B) fulano é interessado e trabalhador.
- (C) sicrano é honesto ou não é preguiçoso.
- (D) fulano e sicrano são trabalhadores.
- (E) fulano e sicrano são honestos.

18. Em certo instituto, alguns fonoaudiólogos são também pedagogos, e todos os assistentes sociais ou são pedagogos ou são fonoaudiólogos. Ao todo, são 18 profissionais com essas formações, sendo 3 deles apenas fonoaudiólogos, 4 apenas pedagogos e 8 são assistentes sociais. Dessa forma, o número de profissionais que têm duas formações, sendo elas pedagogia e fonoaudiologia, é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

19. Os sete primeiros algarismos de uma senha bancária são 6412521.

Os oito algarismos dessa senha podem ser separados, na ordem em que aparecem, em números de 2 ou 3 algarismos, formando um padrão único e justificado nos oito algarismos. Dessa forma, o último algarismo dessa senha é

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

20. Uma correta negação lógica para a afirmação “Rosana é vulnerável ou necessitada, mas não ambos” está contida na alternativa:

- (A) Rosana é vulnerável se, e somente se, ela é necessitada.
- (B) Rosana não é vulnerável se, e somente se, ela é necessitada.
- (C) Rosana é vulnerável e necessitada.
- (D) Rosana não é vulnerável e, tampouco, necessitada.
- (E) Se Rosana não é necessitada, então ela não é vulnerável.

21. O Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIHSUS)

- (A) tem como finalidade registrar todos os atendimentos provenientes de internações hospitalares que foram financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) é a fonte preferencial de informação sobre as características de doenças infecciosas, em particular as que atingem o sistema digestivo.
- (C) tem várias informações sobre os pacientes em regime de internação hospitalar quanto ao diagnóstico, mas não dos procedimentos.
- (D) tem como instrumento a Autorização de Internação Hospitalar (AIH), que é gerada quando uma internação é autorizada, desde que seja em um prestador público.
- (E) permite estimar a taxa de prevalência das doenças mais comuns em uma determinada comunidade.

22. O princípio da integralidade do SUS

- (A) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, em desacordo com os preceitos da Reforma Sanitária, que privilegiava a universalidade de acesso a serviços e ações básicas de saúde.
- (B) é incompatível com o princípio da universalidade, considerando que os recursos financeiros são escassos e que a população brasileira vem crescendo continuamente.
- (C) não teve a correspondente fonte de financiamento prevista pela Constituição Federal de 1988.
- (D) materializa-se na implantação das Redes de Atenção à Saúde (RAS), fruto de um acordo tripartite, envolvendo o Ministério da Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde.
- (E) tem se mostrado inviável, pois a vocação do SUS é a de proporcionar a atenção básica de saúde, sem adentrar em outras esferas de complexidade de serviços e ações.

23. Dentre os conselheiros de saúde dos serviços do SUS, é obrigatória a participação de representantes do

- (A) poder legislativo.
- (B) poder judiciário.
- (C) governo.
- (D) Ministério Público.
- (E) movimento sindical.

24. Uma usuária de 72 anos de idade sofre um acidente vascular cerebral e passa a depender do cuidado de terceiros para locomover-se. Antes do episódio, era a responsável pela família, composta por um filho e uma filha solteiros, que trabalham fora e só retornam à casa no final da tarde. A equipe de saúde da família conclui que a usuária teria indicação para o atendimento e a internação domiciliar. Assinale a alternativa correta referente a essa modalidade de atendimento do SUS.

- (A) Trata-se de uma modalidade de atendimento que necessita de atenção altamente especializada, com participação de fisiatras, psiquiatras e ortopedistas, no caso apresentado.
- (B) Tendo a indicação médica, o primeiro passo a ser tomado pela equipe de saúde é uma conversa com a usuária e seus filhos para que haja concordância por parte deles.
- (C) Embora essa modalidade de atendimento seja de alta relevância, apresenta como uma limitação significativa a ausência da assistência social.
- (D) O atendimento e a internação domiciliares são realizados por equipes multidisciplinares que atuam apenas nas fases de tratamento e reabilitação.
- (E) A usuária e os seus filhos devem ser comunicados desse benefício e ser alertados para que preparem a casa para receber os profissionais do SUS quantas vezes forem necessárias.

25. Segundo a Lei nº 8.142/90, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados

- (A) para cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos municípios, sendo que aos Estados estão previstas outras fontes de financiamento.
- (B) prioritariamente como investimentos decorrentes de emendas parlamentares e aprovadas pelo Congresso Nacional.
- (C) aos Municípios, Estados e Distrito Federal, que poderão utilizá-los para cobrir gastos com ações definidas pelo Ministério da Saúde.
- (D) prioritariamente para investimentos na rede assistencial de ambulatórios e hospitais filantrópicos conveniados pelo SUS.
- (E) como investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde, entre outras formas.

26. A respeito da prestação de serviços por parte da EBSEERH, a Lei Federal nº 12.550/2011 estabelece que

- (A) é permitida, de forma gratuita ou onerosa, em favor da comunidade e às instituições públicas de ensino.
- (B) suas atividades devem estar inseridas integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
- (C) é permitida, exclusivamente, às instituições públicas federais de ensino.
- (D) não podem ser reembolsados serviços prestados a consumidores e dependentes de planos privados de assistência à saúde.
- (E) é limitada apenas às atividades de apoio ao ensino, pesquisa e formação de pessoas.

27. Uma universidade federal contratou a EBSEERH para a prestação de serviço de apoio ao processo de gestão de seu hospital universitário, nos termos da Lei Federal nº 12.550/2011. Nessa hipótese, se a EBSEERH quiser fazer constar no referido contrato que a universidade cederá servidor de seu quadro efetivo para ela, para exercer atividades relacionadas ao objeto do contrato, é correto afirmar que essa cessão

- (A) não é permitida, uma vez que a Lei veda que servidores da contratada possam trabalhar com a EBSEERH nessa situação.
- (B) não é permitida em razão de o objeto do contrato firmado ser da área administrativa e não da área da saúde.
- (C) somente seria permitida se o servidor fosse ocupante de cargo em comissão, e não de cargo efetivo.
- (D) é permitida por lei e poderá constar do referido contrato, sendo que o servidor cedido terá assegurados os direitos e vantagens que já recebe.
- (E) é permitida por lei e poderá constar do referido contrato, mas o servidor cedido perderá os direitos e vantagens que recebe na universidade.

28. O órgão máximo da EBSEERH, que, segundo o seu estatuto, tem poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, é

- (A) a Diretoria Executiva.
- (B) o Conselho Administrativo.
- (C) o Conselho Deliberativo.
- (D) a Presidência.
- (E) a Assembleia Geral.

29. Segundo o Código de Ética e Conduta da EBSEERH, é correto afirmar que

- (A) são uma forma de demonstração de lealdade à empresa as críticas feitas às claras e pelos canais de comunicação adequados.
- (B) o empregado da empresa não pode discordar, implícita ou expressamente, de práticas ou políticas adotadas pela empresa.
- (C) é vedado ao agente público da empresa manifestar, por si ou por intermédio de terceiros, suas opiniões sobre as atividades da EBSEERH.
- (D) a EBSEERH estimula o convívio social e as festividades culturais e esportivas como forma de encorajar a criatividade e o desenvolvimento de seus empregados.
- (E) o agente público da empresa, ao manifestar publicamente suas opiniões sobre a EBSEERH, não poderá dizer que se trata de sua opinião pessoal.

30. Na hipótese de um cidadão que não tenha qualquer relação pessoal ou vínculo com a EBSEERH pretender fazer uma denúncia de descumprimento de conduta ética, o Código de Ética e Conduta da empresa estabelece que

- (A) poderá fazê-lo diretamente à Diretoria, desde que o faça por meio de formulário fornecido pela empresa para essa finalidade.
- (B) não poderá fazê-lo em razão de ausência de vínculo ou relação pessoal do denunciante com a EBSEERH.
- (C) poderá fazê-lo pelos canais indicados na intranet e internet, sendo assegurados total sigilo e confidencialidade das informações.
- (D) a denúncia deverá ser encaminhada à Comissão de Ética, que, no caso de fatos graves, poderá aplicar a sanção cabível, sem ouvir o denunciado.
- (E) a denúncia deverá ser feita por meio da Ouvidoria, e esta encaminhará o caso à Diretoria, que, por sua vez, deverá instaurar o respectivo processo administrativo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A vertente norte-americana do desenvolvimento do Serviço Social difunde-se no Brasil e em toda a América Latina a partir da década de 1940. Vinculada ao processo de organização da cultura dominante, funda-se em uma visão psicologista da questão social, reduzida às suas manifestações individuais. O processo de ajuda psicossocial no Serviço Social parte do ponto de vista de que a questão social constitui-se um problema moral, justificando uma intervenção, via assistência social individualizada, direcionada para a reforma moral e a
- (A) emancipação conjuntural.
 - (B) transformação objetiva.
 - (C) superação global.
 - (D) reintegração social.
 - (E) mudança estrutural.
32. Questionamentos ao Serviço Social tradicional desenvolvido na América Latina desde sua origem, fundamentaram o Movimento de Reconceituação, construído por segmentos expressivos de profissionais intelectuais em seus diferentes países. Datado dos fins da década de 1960, o movimento por mudanças foi determinante na criação das condições objetivas e subjetivas que impulsionaram seus protagonistas a propor e avançar na construção de uma alternativa ao Serviço Social na América Latina, necessária ao desenvolvimento da profissão. O eixo avaliativo em torno do caráter pragmatista do Serviço Social assumiu centralidade na criação de uma nova cultura dos assistentes sociais e de um processo de formação
- (A) e revisão permanente.
 - (B) da consciência crítica.
 - (C) para a adequação estrutural.
 - (D) e manutenção do *status quo*.
 - (E) e conseqüente adaptação.
33. As diferentes configurações do Serviço Social nos vários países da América Latina são tributárias das relações entre as classes e destas com o Estado, em suas refrações nas expressões da questão social e na política social pública. Também são resultados de iniciativas de assistentes sociais na institucionalização e no desenvolvimento do Serviço Social nos respectivos países, diversidades essas que se apresentam na formação acadêmica, na prática profissional, na produção científica e nas formas de representação político-corporativas de assistentes sociais. Distintas matrizes de conhecimento presidem a análise do Serviço Social e a ação de assistentes sociais, forjando
- (A) uma base doutrinária única.
 - (B) a fragmentação teórico-metodológica contemporânea.
 - (C) a variedade de pautas em debate na atualidade.
 - (D) a presença do pensamento positivista.
 - (E) a tendência ideológica na profissão.
34. A pedagogia da participação consolida-se na prática do assistente social, a partir das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), sob a influência da ideologia desenvolvimentista. Essa proposta é difundida no continente latino-americano nos marcos das estratégias expansionistas do capitalismo. A ideologia desenvolvimentista vincula-se a uma concepção fundada na teoria da modernização, que explica o subdesenvolvimento como um estágio de transição entre tempos históricos distintos. Sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora, a participação redimensiona-se para além de uma atitude inerente ao processo de ajuda, constituindo-se uma esfera programática da intervenção profissional nas
- (A) relações sociais.
 - (B) políticas públicas.
 - (C) estruturas consolidadas.
 - (D) situações emergenciais.
 - (E) particularidades individuais.
35. Como uma atividade curricular obrigatória no curso de Serviço Social, o estágio é estratégico no processo de formação profissional do assistente social, uma vez que objetiva aprofundar os conhecimentos apreendidos em sala de aula, permitindo a convergência e o desvelamento dos diversos conteúdos a partir de sua inserção efetiva em campo de estágio. Como atividade complementar para a formação, essa inserção no contexto social aproxima o profissional, em processo de formação, do caráter interventivo da profissão, explicitando suas dificuldades, dilemas e contradições cotidianas, objetivando ainda vincular e fortalecer o projeto profissional a
- (A) um interesse pessoal.
 - (B) uma formação genérica.
 - (C) um projeto societário.
 - (D) um campo restrito.
 - (E) uma perspectiva subjetiva.
36. O Serviço Social é perpassado por lutas coletivas que imprimem à profissão características específicas e reconhecidas socialmente, que de certa maneira condicionam a prática profissional. As ações profissionais não podem ser compreendidas sem se levar em conta as relações concretas da sociedade. Sendo assim, as reflexões sobre a historicidade da profissão, possibilitam a vinculação com seu presente que cotidianamente é criado e recriado com a construção e incorporação de saberes, a mobilização e recuperação do passado e a produção e experimentação de
- (A) estratégias adequadas.
 - (B) mecanismos de superação.
 - (C) padrões universais de atendimento.
 - (D) ações comportamentais comuns.
 - (E) novas abordagens.

37. Muitos profissionais ainda sustentam uma compreensão equivocada da relação teoria/prática, cunhada pela expressão de que a teoria na prática é outra. O entendimento dessa relação, como unidade, é fundamental para a apropriação teórico-metodológica do Serviço Social, em um movimento que une as bases, reflexiva e operacional, da profissão. Nessa perspectiva, por mais que ambas representem momentos diferenciados, teoria e prática formam o mesmo todo, em uma relação dialética de totalidade. A prática profissional assim constitui um importante momento de materialização dessa teoria que, por sua vez, a
- (A) supera.
 - (B) determina.
 - (C) fragmenta.
 - (D) retroalimenta.
 - (E) sobrepõe.
38. A materialização do Serviço Social demanda reflexões sobre as características do cotidiano e sobre como os assistentes sociais se inserem nele e ali constroem sua prática. Permeando essa prática e condicionando-a, questiona-se até que ponto o Serviço Social estaria preso às amarras do cotidiano. Dentro de limites impostos pelas estruturas econômicas, sociais e históricas, os assistentes sociais imprimem à prática profissional aquilo que terá maior relevância na cotidianidade e influenciam, de uma maneira ou de outra, os rumos das ações profissionais, o que ressalta a importância no próprio cotidiano profissional dos processos de
- (A) tolerância.
 - (B) mediação.
 - (C) imediatismo.
 - (D) pragmatismo.
 - (E) empirismo.
39. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece direitos à vida, à educação, ao respeito, à profissionalização, à convivência familiar e comunitária, entre outros, para esse segmento etário. O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade. O ECA também aborda questões relativas à política de atendimento e as medidas: específicas de proteção, pertinentes aos pais ou responsável e as
- (A) preventivas.
 - (B) compensatórias.
 - (C) eventuais.
 - (D) disciplinares.
 - (E) socioeducativas.
40. De acordo com o artigo 11 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), é assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde. O § 2º do referido artigo incumbe o poder público de fornecer àqueles que necessitarem medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas, serviço esse de caráter
- (A) gratuito.
 - (B) terceirizado.
 - (C) emergencial.
 - (D) significativo.
 - (E) exclusivo.
41. Promover a inclusão social e a cidadania da pessoa com deficiência é o que visa a Lei nº 13.146/2015. Ao tratar do direito à vida, determina o artigo 10 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, como competência do poder público, garantir a dignidade dessas pessoas ao longo de toda a vida. O parágrafo único desse artigo prevê que, em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, deve o poder público adotar medidas para proteção e segurança da pessoa com deficiência, que será considerada
- (A) incapaz.
 - (B) vulnerável.
 - (C) útil.
 - (D) valorizada.
 - (E) privilegiada.
42. Para fins de sua aplicação, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) define como barreiras qualquer entrave ou obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. De acordo com a referida lei (artigo 3º, IV, f), as barreiras são classificadas em urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e
- (A) financeiras.
 - (B) relacionais.
 - (C) físicas.
 - (D) tecnológicas.
 - (E) laborativas.

43. A violência contra a mulher ocorre além das relações conjugais e familiares, sendo múltiplas as manifestações e situações que a caracterizam. Essa categoria “violência contra a mulher” embora revestida de complexidade conceitual, é compreendida como instrumento de controle sobre os corpos femininos, que abriga um repertório de práticas diversas em intensidade e extensão. A violência pode ser física, sexual, psicológica, patrimonial, entre outras. A Lei Maria da Penha (artigo 1º) cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção à vítima. O artigo 7º, V, da referida lei estabelece, entre as formas de violência contra a mulher, a violência moral, compreendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou
- (A) prejuízo.
 - (B) limitação.
 - (C) injúria.
 - (D) inconformismo.
 - (E) desesperança.
44. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2016), em seu artigo 12, determina que, em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, seja elaborado o registro da ocorrência, e a autoridade policial deverá, entre outros procedimentos: ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência, tomar a representação a termo e colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias. Ainda de acordo com o referido artigo (VII – § 3º), define que os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde serão admitidos como
- (A) meios de prova.
 - (B) elementos necessários.
 - (C) material sigiloso.
 - (D) condicionantes compulsórios.
 - (E) instrumentos legais.
45. Na composição das sociedades atuais, a tendência é de crescimento quantitativo de pessoas idosas. Ampliam-se também as adversidades em termos de condições de vida dos idosos, como o morar e o locomover-se, que os transformam em empecilhos aos compromissos e desempenhos ocupacionais de jovens e adultos de sua própria família. Com o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, destinado às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, os direitos desse segmento são reclamáveis e tem responsáveis pela sua garantia. Nesse sentido, conforme determina o Estatuto (artigo 4º), nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei. O § 1º do mesmo artigo determina que prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso
- (A) é uma preocupação justa.
 - (B) reflete a maturidade política do país.
 - (C) é expressão de bom senso social.
 - (D) é dever de todos.
 - (E) representa igualdade de direitos.
46. O compromisso ético, político e profissional dos assistentes sociais brasileiros, na luta pela Assistência Social não se pauta pela defesa de interesses específicos de uma profissão ou de um segmento. Suas lutas fundamentam-se nos princípios que estruturam o Código de Ética desses profissionais, entre outros, a defesa intransigente dos direitos humanos, a equidade e a justiça social. Nessa linha de entendimento, constitui-se compromisso do Serviço Social a implementação dos princípios previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (artigo 4º, I), entre os quais, a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de
- (A) rentabilidade econômica.
 - (B) interação individual.
 - (C) alcance de resultados.
 - (D) atualidade metodológica.
 - (E) transparência operacional.
47. No Brasil, somente a partir dos anos 80 que a sociedade alcança os primeiros avanços rumo à constitucionalização de novos direitos sociais, trabalhistas e políticos. Embora, a partir desse contexto, aos brasileiros foram ampliados os acessos a serviços públicos não mercantis e a oferta de benefícios sociais, a seguridade brasileira pós-1988, de orientação e conteúdo próximo ao modelo de bem-estar social, não se traduziu como uma política universal. Outros fatores contribuíram para isso, tais como, as características excludentes do mercado de trabalho, o nível de concentração de renda e o processo de publicização do Estado, que se mostrou
- (A) amplo.
 - (B) genérico.
 - (C) adequado.
 - (D) concreto.
 - (E) frágil.
48. A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em relação às ações de assistência social, está entre os objetivos do SUAS o estabelecimento das responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na sua organização, regulação, manutenção e
- (A) reprodução.
 - (B) validação.
 - (C) expansão.
 - (D) retração.
 - (E) adequação.

49. A construção do SUAS supõe que o disciplinamento de sua gestão, sua implantação, efetivação e alcance em todo o território brasileiro seja um processo que respeite as diferenças dos entes federativos em cada nível e entre si. São diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, entre outras, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social e a descentralização político-administrativa e o comando único das ações
- (A) dos Conselhos de Assistência Social.
 - (B) pela instância federal.
 - (C) a critério dos gestores locais.
 - (D) em cada esfera de governo.
 - (E) dos órgãos gestores dos Estados.
50. A Proteção Social da Assistência Social compreende duas modalidades: a Básica e a Especial, que são ofertadas no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, no Cras, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito
- (A) ao cadastramento no Programa Bolsa Família.
 - (B) à convivência familiar e comunitária.
 - (C) de acesso às políticas setoriais.
 - (D) à contrarreferência ao Creas.
 - (E) ao respeito aos seus pares.
51. Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS. Para viabilizar a gestão da rede de proteção social nos territórios, o gestor municipal deve garantir o estabelecimento dos fluxos de encaminhamentos, organizando e facilitando o acesso às informações referentes aos serviços que a compõem. A articulação dos serviços socioassistenciais que compõem a rede de proteção social básica do seu território de abrangência é competência do
- (A) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
 - (B) Serviço de Atendimento Integrado (SAI).
 - (C) Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).
 - (D) Unidade Ambulatorial de Assistência (UAA).
 - (E) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
52. O Trabalho Social com Famílias, no âmbito do PAIF é definido como um conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de reconhecer os direitos e as possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade. A matricialidade sociofamiliar é uma das diretrizes estruturantes da gestão do SUAS. Esta referência ancora-se no reconhecimento de que o foco na família representa a possibilidade de, no contexto da atenção setorizada ou por necessidades,
- (A) atuar por segmentos.
 - (B) priorizar os fenômenos.
 - (C) compatibilizar estratégias.
 - (D) imprimir celeridade à ação.
 - (E) superar a fragmentação.
53. O Pacto de Aprimoramento do SUAS é o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais e se constitui em mecanismo de indução da melhoria da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito desse Sistema. O Pacto prevê um processo de acompanhamento do alcance das metas, realizado pelos entes federados, adotando como instrumentos de assessoramento os planos de providências e de
- (A) estratégias.
 - (B) complementação.
 - (C) apoio.
 - (D) ajustes.
 - (E) contingências.
54. O processo de gestão do SUAS em ambiente de entes federativos é complexo. A mediação dessa complexidade, composta pela diversidade de sujeitos institucionais, agentes públicos que materializam o Estado brasileiro, ocorre nas Comissões Intergestores Bipartites e Tripartite. Essas comissões avaliam e decidem sobre o alcance das operações que materializam a responsabilidade pública do ente federativo. O aprimoramento da gestão do SUAS, nascido na maturação das relações federativas pela sua construção, é registro fundamental que inscreve resultados da política de Assistência Social como direitos de cidadania a serem garantidos pelo dever de estado e submetido à
- (A) acompanhamento permanente.
 - (B) controle social.
 - (C) mudanças periódicas.
 - (D) medidas adequadas.
 - (E) auditorias mensais.

55. A intervenção profissional do assistente social é constitutiva de diferentes dimensões, entre elas, as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Esta última trata dos diferentes compromissos da profissão, das intencionalidades das ações, implicando tomada de posições. A atuação do assistente social no movimento contraditório das classes, imprime uma direção social às ações profissionais que favorecem a um ou a outro polo de interesses. Nas diversas ações que o assistente social desenvolve, como plantões de atendimento, processos de supervisão ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, está presente uma determinada direção social entrelaçada por uma
- (A) contribuição ampla das ciências.
 - (B) superação da contradição.
 - (C) harmonização das forças em oposição.
 - (D) valoração ética específica.
 - (E) contemporização de interesses.
56. Para responder às múltiplas exigências estabelecidas no âmbito da reprodução social, a prática profissional do assistente social caracteriza-se pela rotina, pela espontaneidade e pela repetição de tarefas. Nesse ângulo de análise da profissão, entende-se que, para atender às demandas socioinstitucionais cotidianas, que são heterogêneas e imediatas, os assistentes sociais recorrem à percepção, à certeza sensível ou ao entendimento, conectando imediatamente pensamento e ação, apreendendo a realidade em suas expressões
- (A) estruturais.
 - (B) conjunturais.
 - (C) aleatórias.
 - (D) fenomênicas.
 - (E) reflexivas.
57. As condições socioeconômicas dos usuários que procuram o Serviço Social tem levado os assistentes sociais a intensificar a concessão dos recursos materiais. No entanto, o aumento da demanda *versus* a escassez desses recursos levam os profissionais a desempenhar a tarefa de selecionar aqueles que terão acesso aos serviços, por meio do levantamento de informações sobre a vida do usuário. A perspectiva do direito social é restringida pela seletividade imposta pela instituição, para a cobertura às necessidades do usuário. Esse processo contraria a ênfase dada pelo discurso do profissional em relação à sua
- (A) universalidade.
 - (B) eficiência.
 - (C) presteza.
 - (D) objetividade.
 - (E) transparência.
58. A profissionalização do Serviço Social configurou-se como um processo no qual seus agentes se inseriram em atividades laborais, a partir de condições que determinaram sua dinâmica, organização, recursos e objetivos. Como profissionais assalariados, em grande parte pelas instituições do aparelho de Estado, nas três esferas de poder, essa força de trabalho transformada em mercadoria, só pode atuar por meio dos instrumentos de trabalho que, não sendo sua propriedade, são colocados à disposição pelos empregadores institucionais: infraestrutura humana, material e financeira para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios. Esse processo de requisições institucionais, postas aos assistentes sociais, faz com que o exercício profissional, nesses contextos,
- (A) amplie sua base de atuação.
 - (B) subordine-se à demanda institucional.
 - (C) assuma o compromisso ético com o *status quo*.
 - (D) rompa com as amarras ideológicas.
 - (E) se consolide como profissão emancipadora.
59. O eixo central do Código de Ética dos assistentes sociais (1993) e que perpassa toda a sua construção é a liberdade. O Código faz a defesa de uma nova sociabilidade, pautada na liberdade da humanidade, na busca da sua essência como um ser político, livre; reconhece a importância desse eixo e apresenta-o como seu primeiro princípio fundamental, assim conceituando-o: Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – plena expansão dos indivíduos sociais, autonomia e
- (A) respeito.
 - (B) humildade.
 - (C) emancipação.
 - (D) dignidade.
 - (E) humanidade.
60. No atendimento ao usuário, em qualquer âmbito da atividade profissional e a partir de qualquer atribuição desenvolvida, o assistente social ouve os relatos de sua vida privada, que são objetos de registros técnicos, concernentes ao trabalho realizado, no formato de relatórios, pareceres ou laudos sociais, cujos conteúdos fundamentam-se em estudos sociais. De acordo com o Código de Ética Profissional (artigo 2º, d), o local de trabalho, os arquivos e toda documentação técnica do assistente social são invioláveis, constituindo-se para esse profissional
- (A) uma responsabilidade.
 - (B) uma tarefa.
 - (C) um dever.
 - (D) uma garantia.
 - (E) um direito.

